

**Atos Oficiais**

**LEI Nº 6.829, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022**

**Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o Mês Maio Furta-Cor, dedicado às ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Leandro de Souza Carvalho)**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito interino do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o Mês Maio Furta-Cor, dedicado às ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna, a ser celebrado, anualmente, no mês de maio.

**Art. 2º** As ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção do tema objeto desta Lei, poderão ser desenvolvidas por meio de reuniões, palestras, cursos, oficinas, seminários, distribuição de material informativo, entre outras, sempre priorizando:

**I** - a conscientização da população sobre a importância da saúde mental materna;

**II** - o incentivo aos órgãos da Administração Pública Municipal, empresas, entidades de classe, associações, federações e à sociedade civil organizada para se engajarem nas campanhas sobre o tema objeto desta Lei.

**Art. 3º** O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que lhe couber.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 20 de dezembro de 2022 - 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**  
Prefeito interino

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**AUDREI DA ROCHA SILVA**  
Secretário de Saúde e Higiene

Processo administrativo nº 6619/2022 - PM  
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial

**LEI Nº 6.842, DE 19 DE ABRIL DE 2023**

**Altera a denominação da Rua das Flores para constar Rua Paulo Rolim Gomes, situada no bairro Vila Suíssa, em Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Edmar Donizete Oldani)**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Altera a denominação da Rua das Flores para constar Rua Paulo Rolim Gomes, situada no bairro Vila Suíssa, em Ribeirão Pires.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 19 de abril de 2023 - 309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**RICARDO NARDELLI JUNIOR**  
Secretário de Governo

Processo Administrativo nº 8050/2022-PMRP.  
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

**LEI Nº 6.815, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022**

**Dispõe sobre a instalação em praças e parques públicos de brinquedos adaptados e equipamentos especialmente desenvolvidos para lazer e recreação de crianças com deficiência e/ou mobilidade reduzida e necessidades especiais, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Anderson Benevides dos Santos)**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito interino do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Os playgrounds instalados em jardins, parques, clubes, áreas de lazer e áreas abertas ao público em geral, ainda que localizados em propriedade privada e de uso público, deverão conter brinquedos adaptados para crianças com deficiência, mobilidade reduzida e/ou necessidades especiais, no âmbito da Estância Turística de Ribeirão Pires.

**Art. 2º** Os eventos do calendário municipal que contenham atividades destinadas ao público infantil deverão contar com atividades recreativas inclusivas para crianças com deficiência, mobilidade reduzida e/ou necessidades especiais.

**Art. 3º** As estruturas de acessibilidade para atender as pessoas com deficiência nos locais descritos no artigo 1º deverá atender os padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

**Art. 4º** Fica autorizada a instalação de equipamentos especialmente desenvolvidos para o lazer e recreação de crianças com necessidades especiais nas praças e parques públicos no âmbito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, visando sua integração com outras crianças e inclusão social.

**Art. 5º** Na instalação dos equipamentos referidos no artigo 4º, o Poder Executivo, priorizará as praças e os parques que possibilitem o acesso e atendimento do maior número de crianças com necessidades especiais.

**§1º** A disponibilização dos equipamentos adaptados será instalada de forma gradativa, de acordo com a disponibilidade financeira do Poder Executivo.

**§2º** Os locais mencionados na presente Lei deverão ser sinalizados com placas indicativas com a seguinte informação: “Entretenimento infantil adaptado para integração” e, contar com acesso adequado para crianças com necessidades especiais.

**Art. 6º** As praças, parques e locais afins de que trata esta Lei, deverão contar com rampas para o acesso das mesmas pelas pessoas com deficiência.

**Art. 7º** - O Poder Executivo regulamentará a matéria, no que couber.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 02 de dezembro de 2022 - 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**

**Prefeito interino**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**ANDERSON GRECCO**

**Secretário de Esportes, Juventude e Lazer**

Processo administrativo nº 7591/2022 – PM

Publicada no órgão da imprensa oficial.

**LEI Nº 6.813, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022**

**Dispõe sobre diretrizes para a promoção do Programa Municipal de Telemedicina Veterinária, na Estância Turística de Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Edmar Donizete Oldani)**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito interino do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** - Ficam instituídas, no âmbito municipal, diretrizes para a promoção do Programa Municipal telemedicina veterinária para o exercício das atividades de competência privativa do médico veterinário de que trata o art. 5º da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968.

**Art. 2º** - Para efeitos desta Lei são adotadas as seguintes definições:

I - telemedicina veterinária: exercício da Medicina Veterinária pelo uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) com o objetivo de assistência, com observância dos padrões técnicos e éticos, incluídas as modalidades de teleconsulta, telemonitoramento, teletriagem, teleorientação, teleinterconsulta e telediagnóstico;

II - teleconsulta veterinária: modalidade de telemedicina veterinária para realizar consulta médico-veterinária a distância, por meio de TICs, nos casos em que médico-veterinário e paciente não estejam localizados em um mesmo ambiente geográfico, excetuados os casos de urgência e emergência;

III - emergência: constatação médico-veterinária de condições de agravo à saúde animal que impliquem sofrimento intenso ou risco iminente de morte, exigindo, portanto, assistência médico-veterinária imediata;

IV - urgência: ocorrência imprevista de agravo à saúde, com ou sem risco potencial à vida, em que o paciente necessita de assistência médico-veterinária imediata para que não se torne uma emergência;

V - desastres: eventos naturais, ou não, que causem danos e/ou ameaças em uma localidade e que provoquem obstáculos que impossibilitem o deslocamento do paciente e de seu responsável e inviabilizem a consulta presencial;

VI - teleorientação médico-veterinária: modalidade de telemedicina veterinária para orientação médico-veterinária geral e inicial, a distância, sendo vedado qualquer tipo de definição diagnóstica ou conduta terapêutica;

VII - teletriagem médico-veterinária: modalidade de telemedicina veterinária destinada à identificação e classificação de situações que, a critério do médico-veterinário, indiquem a possibilidade da teleconsulta ou a necessidade de atendimento presencial, imediato ou agendado;

VIII - telediagnóstico médico-veterinário: modalidade de telemedicina veterinária com a finalidade de transmissão de dados e imagens para serem interpretados, a distância, entre médicos-veterinários e com o objetivo de emissão de laudo ou parecer;

IX - telemonitoramento médico-veterinário, televigilância ou monitoramento remoto: modalidade de telemedicina veterinária para fins de acompanhamento contínuo de parâmetros fisiológicos, realizado sob orientação e supervisão médico-veterinária para monitoramento ou vigilância a distância das condições de saúde e/ou doença;

**Art. 3º.** Na teleinterconsulta veterinária a informação médico-veterinária deve ser transmitida eletronicamente ao profissional que está localizado remotamente, o qual deve decidir se pode oferecer de forma segura sua opinião, a partir da qualidade e quantidade de informações recebidas.

**Parágrafo único.** A responsabilidade do atendimento cabe ao médico-veterinário que assiste o animal presencialmente, sendo que os demais médicos-veterinários envolvidos no atendimento responderão na medida das respectivas atuações.

**Art. 4º.** O médico-veterinário deverá informar ao responsável pelo paciente todas as limitações inerentes ao uso da Telemedicina Veterinária, inclusive sobre sua impossibilidade, se for o caso.

**Parágrafo único.** É direito do responsável pelo paciente, ou seu representante legal, solicitar e receber cópia em mídia digital e/ou impressa dos dados do registro do atendimento.

**Art. 5º**— O Poder Executivo regulamentará a matéria, no que couber.

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 02 de dezembro de 2022 - 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**  
Prefeito interino

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**AUDREI DA ROCHA SILVA**  
Secretário Saúde e Higiene  
Processo administrativo nº 7595/2022 - PM  
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial.

**LEI Nº 6.821, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022**

**Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o Dia da Restauração da Plenitude do Evangelho de Jesus Cristo por A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Valdir Nunes de Araújo)**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito interino do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o Dia da Restauração da Plenitude do Evangelho de Jesus Cristo por A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, a ser comemorado, anualmente, em 06 de abril, data em que são recordados o nascimento de Jesus Cristo e a Restauração de A Igreja de Jesus Cristo.

**Parágrafo único:** Reconhece-se o marco 06 de abril de 2020, no qual foram comemorados os 200 anos (Bicentenário) da Restauração do Evangelho como ponto central e doutrinário de A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 02 de dezembro de 2022 - 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**  
Prefeito interino

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

Processo administrativo nº 7456/2022-PM  
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial

**LEI Nº 6.826, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022**

**Dispõe sobre a realização do exame que detecta a trombofilia a toda a mulher em idade fértil, no âmbito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria – Vereador Leandro de Souza Carvalho)**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito interino do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1.º** Assegura a todas as mulheres entre dez e 49 (quarenta e nove) anos de idade a realização dos exames que detectam a trombofilia e que constam na Tabela de Procedimento do Sistema Único de Saúde – SUS, em todos os estabelecimentos de saúde públicos ou credenciados ao SUS, mediante guia de solicitação médica.

**§1º** Será realizada uma detalhada anamnese logo na primeira consulta com o médico de saúde da família ou o ginecologista, permitindo ao profissional conhecer o histórico familiar da paciente, principalmente com relação aos parentes de primeiro grau com diagnóstico de trombose ou de gravidez com complicações, e outros fatores hereditários.

**§2º** Após a realização da anamnese, constatada a importância da realização do exame, o médico o solicitará, com as justificativas em anexo à guia.

**Art. 2.º** Os estabelecimentos de saúde deverão fixar em local visível a toda população o direito à realização dos exames.

**Art. 3.º** O órgão responsável pela saúde no município poderá realizar campanhas sobre os riscos da trombofilia em mulheres que fazem uso de anticoncepcional e que são portadoras do gene, além dos cuidados que a gestante precisa ter para prevenção e tratamento.

**Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, para garantir a execução da presente Lei.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 20 de dezembro de 2022 - 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**  
Prefeito interino  
**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos  
**AUDREI DA ROCHA SILVA**  
Secretário Saúde e Higiene

Processo administrativo nº 6918/2022 - PM  
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial

**LEI Nº 6.843, DE 20 DE ABRIL DE 2023**

**Institui o Programa Municipal “OLHARES INFANTIS CONTRA A RETINOPATIA DA PREMATURIDADE” nas creches do Município de Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Sandro de Lima Campos)**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Municipal “Olhares Infantis contra a Retinopatia da prematuridade” a ser implantado na rede de creches do município da Estância Turística de Ribeirão Pires.

**Parágrafo único:** Será objetivo primordial desse Programa a divulgação, por todos os meios e em caráter permanente, da possibilidade da ocorrência das doenças oftalmológicas, sobretudo em recém-nascidos e crianças até 3 anos de idade, e das atitudes médicas disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS).

**Art. 2º** O Programa “Olhares Infantis contra o Retinopatia da prematuridade” tem por finalidade à prevenção da patologia nas crianças das creches da rede municipal, a fim de examinar, diagnosticar e tratar precocemente a retinopatia da prematuridade, catarata, glaucoma congênito, estrabismo, cegueira, dentre outras infecções e alterações da visão.

**Art. 3º** As crianças diagnosticadas com doenças na sua visão deverão receber tratamentos oftalmológicos prioritários nas unidades de saúde do Município.

**Art. 4º** O Poder Executivo poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas para o cumprimento do disposto nesta Lei.

**Art. 5º** O Poder Executivo regulamentará a matéria, no que couber.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 20 de abril de 2023 - 309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**AUDREI DA ROCHA SILVA**  
Secretário de Saúde e Higiene

Processo Administrativo nº 7596/2022-PMRP.

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.